



Jardim Augusto Monjardino

Rua Francisco Ferrer

Rua Jaime Batalha Reis

Rua João Chagas

Rua Luz de Almeida

Avenida Machado Santos

Rua Mário de Azevedo Gomes

COMISSÃO
MUNICIPAL
DE TOPONÍMIA

OUTUBRO 2011

Consagrar na toponímia da Cidade de Lisboa as memórias de Augusto Monjardino, Francisco Ferrer, Jaime Batalha Reis, João Chagas, Luz de Almeida, Machado Santos e Mário Azevedo Gomes, é uma honra para a CML pelo reconhecimento do mérito individual e colectivo que desempenharam na construção da I República e na difusão dos seus valores e ideais, importância e prestígio que a História já lhes confere.

Trata-se de um conjunto de personalidades cuja evocação nas ruas da Cidade contribuirá para manter viva a memória desse tempo tão marcante da nossa História.

Constituindo a toponímia um meio por excelência de preservação e de enriquecimento da memória colectiva, tornando-se em si mesma fonte de evocação histórica de acontecimentos e seus protagonistas, reveste especial significado e simbolismo a inscrição da sua memória nas ruas da Cidade de Lisboa no dia 5 de Outubro de 2011, dia que assinala o encerramento das Comemorações Municipais do Centenário da República.

Um dos efeitos da celebração da República que se projecta no tempo e que assume importância maior reside precisamente no reforço da construção da memória colectiva e de uma forte identidade cultural, verdadeiras bases fundadoras do processo de consolidação da cidadania.

Memória, identidade, sentimento de pertença e de identificação com um passado que dinamicamente se interliga com o presente são elementos constitutivos da toponímia.

Neste sentido, a homenagem que a CML presta a Augusto Monjardino, Francisco Ferrer, Jaime Batalha Reis, João Chagas, Luz de Almeida, Machado Santos e Mário Azevedo Gomes, mais do que combater a erosão do tempo, simboliza o reconhecimento de que a identidade da Cidade de Lisboa se sedimenta na História e na Cultura. Simboliza também o reconhecimento de que não são apenas as pessoas que habitam e vivem em Lisboa que dignificam a Cidade, mas indelevelmente as pessoas que deixaram marcas materiais e imateriais em Lisboa ao longo da sua História.

Com efeito, Lisboa espelha o espírito e o legado que este conjunto de personalidades nos transmitiu e que a história consagra, tanto pelas causas e obra que os notabiliza individualmente como pela relevante acção inscrita no movimento republicano em Portugal.

Com a atribuição destes novos topónimos a CML testemunha publicamente o seu reconhecimento pelos serviços prestados à res publica ao mesmo tempo que se enriquece a toponímia da Cidade, designadamente a republicana de Lisboa, na pluralidade da sua história e memória.

A Câmara Municipal de Lisboa encerra assim as Comemorações Municipais do Centenário da República com a atribuição de 7 novos topónimos na Cidade, fechando com chave de ouro um intenso programa de actividades culturais iniciado em 2008.

António Costa

O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa



O povo aclama a proclamação da República.
(foto de Joshua Benoiel, publicada na *Ilustração Portuguesa*, 17 de Outubro de 1910)

A República Portuguesa foi proclamada da varanda dos Paços do Concelho de Lisboa em 5 de Outubro de 1910 e na passagem do seu 101º aniversário, a Câmara Municipal de Lisboa associa-se à data perpetuando na cidade 7 novos topónimos de personalidades que se destacaram na divulgação dos ideais republicanos e na construção da I República mas que no decurso das décadas que medeiam desde essa data até aos nossos dias foram removidas das ruas da cidade ou razões diversas impediram que nelas fossem reconhecidas.

Assim, regressam agora à toponímia de Lisboa os nomes de Machado Santos e Francisco Ferrer. Machado Santos, denominado «herói da Rotunda» e «pai da República», pela determinação com que se bateu na Revolução de 5 de Outubro de 1910, assim como mais tarde na defesa do regime contra a intentona monárquica de 22 a 24 de Janeiro de 1919 em Monsanto, vai ficar numa Avenida de São Domingos de Benfica, repondo a Avenida Machado Santos que o edital de 12 de Março de 1932 situava numa Avenida projectada entre a Avenida Dr. Jacinto Nunes, também projectada e, a Avenida General Roçadas através da Quinta dos Peixes, mas que nunca chegou a ser executada. Também retorna Francisco Ferrer, catalão republicano e fundador da Escola Moderna que foi fuzilado em 13 de Outubro de 1909, e logo na semana seguinte, a exemplo das diversas manifestações de consternação que ocorreram então um pouco por toda a Europa e na América Latina, mereceu uma proposta do presidente Braamcamp Freire, na reunião de Câmara de 21 de Outubro de 1909, aprovada por unanimidade, para ter nome de rua em Lisboa, deliberação essa a que o Ministério do Reino anulou o efeito prático e assim, após a implantação da República, na sua reunião de 4 de Setembro de 1913,

índice

7
Jardim
Augusto
Monjardino

11
Rua
Francisco
Ferrer

19
Rua
Jaime
Batalha
Reis

23
Rua
João
Chagas

29
Rua
Luz de
Almeida

35
Avenida
Machado
Santos

43
Rua
Mário de
Azevedo
Gomes

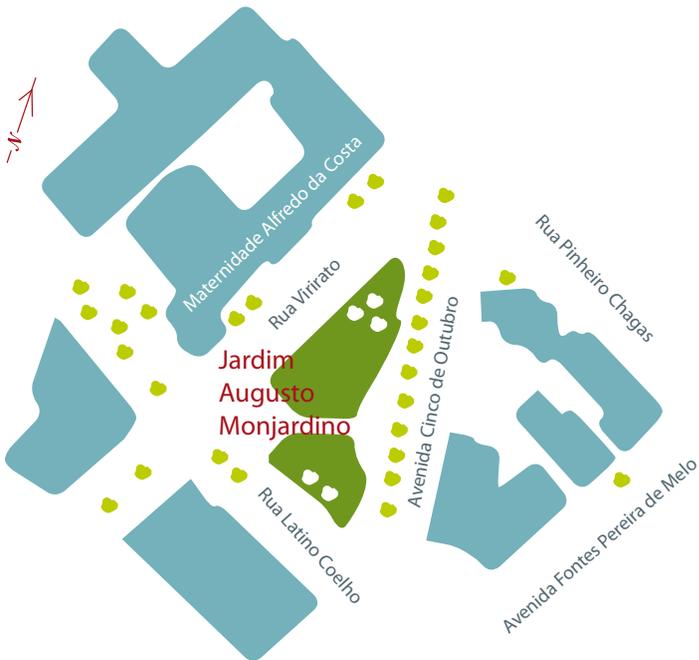
o executivo lisboeta voltou a dar o nome de Francisco Ferrer à antiga Rua da Conceição da Glória embora tal deliberação não se tenha depois convertido em edital.

Desta feita são também consagrados, em ruas de São Domingos de Benfica, dois ministros da I República: João Chagas e Mário de Azevedo Gomes. João Pinheiro Chagas, o fundador do jornal *República Portuguesa* e o mais famoso jornalista republicano foi o Chefe do primeiro Governo constitucional republicano, no período de 3 de Setembro a 12 de Novembro de 1911. Por seu turno, Mário de Azevedo Gomes, professor universitário da área da silvicultura foi responsável pelo Ministério da Agricultura no executivo presidido por Álvaro Xavier de Castro, de 24 de Dezembro de 1923 a 28 de Fevereiro de 1924.

Somam-se duas personalidades que logo em 1911 foram deputados eleitos da Assembleia Nacional Constituinte que inaugurou os seus trabalhos em 19 de Junho de 1911 e elaborou a nova constituição republicana (aprovada a 19 de Agosto e promulgada a 21) : Augusto Monjardino e Luz Almeida. Augusto Monjardino foi eleito deputado pelo círculo n.º 49 – com sede na sua cidade natal de Angra do Heroísmo – e também o vice-presidente da Assembleia, embora se tenha notabilizado a partir da década de 30 do século XX como o fundador e director da Maternidade Alfredo da Costa pelo que o seu nome vai perdurar num jardim junto à maternidade que ergueu. Luz de Almeida foi também eleito deputado à Constituinte, pelo círculo de Lisboa Oriental, embora não tenha assumido o cargo para acorrer à direcção dos grupos da Carbonária que no norte do país lutavam contra a primeira incursão monárquica. Todavia, foi determinante a sua acção no plano ideológico e organizativo, junto dos civis e militares, na preparação

do movimento revolucionário de 5 de Outubro de 1910, particularmente através da sua *Cartilha do Cidadão* que foi largamente difundida, para além de que Luz Almeida na sua actividade profissional foi um dedicado funcionário da Biblioteca Municipal da Rua do Saco e contribuiu também após a implantação da República para a reorganização dos Serviços das Bibliotecas e Arquivos Nacionais.

Finalmente, o sétimo homenageado do republicanismo terá rua em Benfica e será Jaime Batalha Reis, um jornalista e escritor da geração de 70 directamente envolvido na organização das Conferências do Casino que serviu a nova República como diplomata até 1921, sendo de destacar o seu papel como embaixador na Rússia de 1913 até 1918 e como delegado plenipotenciário em representação de Portugal na Conferência da Paz, em Paris, no final da I Guerra Mundial.



Jardim Augusto Monjardino

Augusto de Almeida Monjardino nasceu em Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, a 3 de Março de 1871, filho de Jorge de Lemos Bettencourt de Almeida Monjardino e de Maria de Ornelas Bruges Paim da Câmara. Tinha 15 anos de idade quando foi forçado a interromper os estudos, devido à morte de seu pai. Emigrou para o continente no dia de Natal de 1886, onde começou a trabalhar no Fundão como desenhador na Companhia Real dos Caminhos-de-ferro Portugueses, na construção da Linha da Beira Baixa. Passados quatro anos regressou ao Arquipélago dos Açores onde retomou os estudos. De volta a Portugal, passou pela cidade do Porto e de Coimbra onde realizou os estudos preparatórios, matriculando-se em 1894 na escola Médico-cirúrgica de Lisboa (actual Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa). Começou a exercer medicina quando ainda frequentava o quarto ano de curso com o seu mentor, conselheiro e amigo, o cirurgião Custódio Cabeça. Formou-se em 1899, defendendo a tese "Sobre Astragalectomia", tendo sido aprovado com louvor. No ano seguinte ficou em primeiro lugar no concurso de cirurgião, trabalhou nos Hospitais de São José, do Desterro, D. Estefânia em Lisboa, entre outros, e desempenhou o cargo Inspector-geral de Higiene hospitalar. Em 1906, foi nomeado demonstrador da secção de cirurgia da Escola Médico-cirúrgica de Lisboa com mérito, vindo posteriormente a ocupar o cargo de professor substituto durante oito anos com regências interinas. A sua intervenção política enquadrou-se no Partido Republicano Português. Enquanto militante deste partido, foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte, formada para elaborar a Constituição republicana de 1911, tendo sido eleito Vice-presidente da Assembleia Constituinte. Em 1918, Augusto Monjardino, foi nomeado Professor



O Professor Augusto Monjardino e a sua primeira equipa da Maternidade Alfredo da Costa



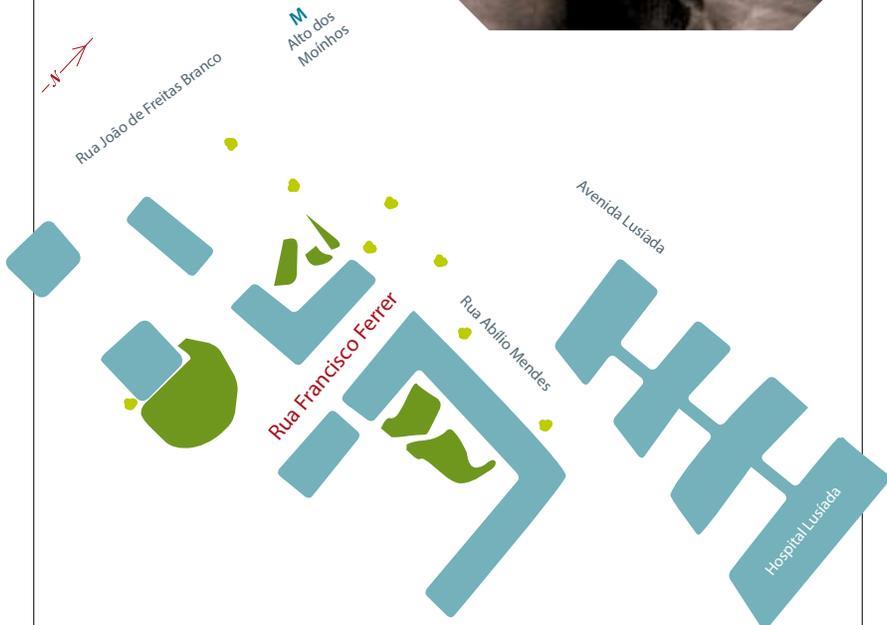
Maria da Conceição, a primeira criança nascida na «Maternidade» a 8 Dezembro

Bibliografia

Dados bibliográficos fornecidos pelo neto, Carlos Pulido Valente Monjardino.
Dados bibliográficos e fotográficos cedidos pela Fundação Oriente.
AAVV, in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira,
Vol. XVII, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1945.
http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=46939

Catedrático e veio a desempenhar em 1928, o lugar de reitor da Universidade de Lisboa. O Professor Augusto Monjardino foi convidado, em 1913, para presidir à comissão para elaborar uma Maternidade em Lisboa, que se viria a chamar Alfredo da Costa. Dedicou 20 anos da sua vida à Maternidade, desde a execução do projecto à construção da obra, o que demonstra o seu carácter empreendedor numa época de grande instabilidade política e económica. Foi fundador e director da Maternidade, durante oito anos, desde a sua inauguração em 1932.

Realizou conferências, comunicações científicas, dirigiu várias missões no país e no estrangeiro, foi sócio e Presidente da Sociedade de Ciências Médicas, sócio da Associação dos Médicos Portugueses e sócio honorário da Academia de Medicina do Rio de Janeiro, recebendo ainda a medalha de Ouro dos Hospitais Cívicos de Lisboa. Veio a falecer em Lisboa no dia 6 de Julho de 1941, com 70 anos, poucos meses após ter sido jubilado por ter atingido o limite de idade. A Câmara Municipal de Lisboa, através do edital de 04/05/2011, prestou homenagem ao Professor Augusto Monjardino, atribuindo o seu nome a um Jardim situado em frente à Maternidade Alfredo da Costa, na Freguesia de São Sebastião da Pedreira.



Rua Francisco Ferrer

Francisco Ferrer foi fuzilado em 13 de Outubro de 1909¹, na fortaleza militar de Montjuich, após um julgamento sumário, acusado de ter sido o instigador da Semana Trágica de Barcelona e o sucedido gerou uma onda de consternação pela Europa fora.

Apesar dos pedidos de clemência da sua filha mais velha, Trindad, e de figuras como H. G. Wells, Arthur Conan Doyle, Bernard Shaw, Piotr Kropotkin e da Santa Sé, Ferrer foi executado e a 1ª notícia do fuzilamento foi difundida pela agência Fournier a que se sucederam suplementos e edições especiais dos jornais de Paris. A Confederação Geral do Trabalho promoveu comícios de protesto em toda a França e o Conselho Municipal de Paris atribuiu o nome de Ferrer a uma rua da cidade. A Liga dos Direitos do Homem resolveu erguer um monumento à memória de Ferrer, em Paris e noutras cidades da Europa tendo o escultor francês Derre sido encarregue pela Associação Nacional Francesa do Pensamento Livre das esculturas para Paris e Lisboa, cujas maquetas estiveram expostas em Paris em 1911. No dia 17 de Outubro de 1909, Paris voltou a ter manifestações, com mais de 80 mil pessoas a protestar frente à Embaixada de Espanha e a indignação alastrou para Itália, particularmente a Roma, tendo até o Papa publicamente deplorado a morte de Ferrer. Em Bruxelas, os estudantes tentaram assaltar a embaixada espanhola e em 1910 ergueram-lhe uma estátua, para além de terem igualmente ocorrido manifestações em Inglaterra, Buenos Aires, Montevidéu e no Brasil.

Em Lisboa, uma multidão nas ruas gritou contra «a Espanha Negra e o governo de Maura» e encaminhou-se para a legação espanhola sendo dispersada pelas forças da autoridade e continuado o protesto no Rossio. O mesmo sucedeu em Coimbra, Porto, Setúbal e Alenquer. A Junta



Anselmo Lorenzo e Francisco Ferrer

Liberal publicou um protesto em todos os jornais e quase todos os periódicos portugueses condenaram a execução. É neste contexto que oito dias depois da morte de Francisco Ferrer, na reunião de Câmara de 21 de Outubro de 1909, é dado conta que a “Comissão paroquial republicana do Campo Grande” propunha a substituição da Avenida do Parque por Avenida Francisco Ferrer, a “junta paroquial da Ajuda” avançava a Calçada da Ajuda para receber o nome de Ferrer e o Grémio da Mocidade Liberal e diversos munícipes também pediam o nome do pedagogo para uma rua da capital (tal como 8 dias depois também sucede com a “junta da paróquia da Encarnação”) e, o presidente Braamcamp Freire apresenta um voto de pesar e uma proposta para lhe dar nome de rua em Lisboa, aprovada por unanimidade, tendo o vereador Agostinho Fortes sido incumbido de designar a via pública para o efeito e porém, o Governo Civil de Lisboa anulou o efeito prático dessa deliberação.

Assim, após a implantação da República, o executivo lisboeta, na sua reunião de 4 de Setembro de 1913, voltou a dar o nome de Francisco Ferrer, desta feita à antiga Rua da Conceição da Glória, embora não se encontre o Edital que o fixou na toponímia lisboeta.

Francesc Ferrer y Guàrdia (Espanha - Alella/14.01.1859 – 13.10.1909/Barcelona - Espanha³), era um catalão republicano que em Agosto de 1901 fundou a Escola Moderna³, com uma metodologia baseada na cooperação e no respeito mútuo, para crianças de ambos os sexos desfrutarem de uma situação de igualdade desde cedo, e sem repressão, castigos, submissão e obediência. Os seus métodos de ensino – não-autoritários, racionalistas, com turmas mistas – provocaram na época a reacção dos sectores mais conservadores da sociedade e da igreja e o movimento



republicano assumiu-o como o pedagogo do cidadão novo.

Francisco Ferrer nasceu numa família de pequenos proprietários rurais, católicos e monárquicos (filho de María de los Angeles Guardia e Jaime Ferrer)⁴ e aos 14 anos começou a trabalhar em Barcelona com um comerciante que o inscreveu em aulas nocturnas. Durante a I República espanhola (1873-1874) Ferrer participou nas experiências de educação popular e estudou o ideário de Pi y Margall e, a partir de 1883, trabalhava como revisor na companhia ferroviária e também pertencia à loja maçónica Verdad de Barcelona. Apoiou a insurreição militar de 1886, capitaneada pelo general Villacampa, que pretendia proclamar a República mas o fracasso desta conduziu-o ao exílio em Paris, onde sobreviveu ensinando espanhol e maturando os conceitos educativos que aplicaria na sua Escola Moderna.

Francisco Ferrer era do Partido Republicano Progressista de Ruiz Zorrilla nos anos 80 e princípio dos 90 do século XIX – tendo enquanto empregado ferroviário garantido os contactos entre o exilado chefe do governo republicano em Paris e o partido – e só mais tarde passou a anarquista, empenhando-se na campanha para a libertação dos presos de Alcalá del Valle bem como na criação do núcleo sindicalista de Barcelona da Solidariedad Obrera e, de 1901 a 1903, publicando artigos no jornal *A Greve Geral* onde reconhece a concepção libertária da greve geral como prelúdio da revolução social.

Em 1906, Ferrer foi preso sob suspeita de envolvimento no ataque de Mateo Morral, ex-colaborador da Escola Moderna, que perpetrou um atentado frustrado contra o Rei Afonso XIII. Durante a sua estadia na prisão fecharam a Escola Moderna. No ano seguinte, Ferrer foi absolvido e



Estátua em memória de Francisco Ferrer,
Bruxelas (1911)



Réplica do monumento de
Bruxelas, em Barcelona

Bibliografia

Actas das reuniões de Câmara

COELHO, José Simões, *Quem é Ferrer*, Lisboa: Livraria Editora Guimaraes & Cª, 1909

DIAZ, Blasco, *Francisco Ferrer e a semana trágica de Barcelona*,

Lisboa: Casa Alfredo David Encadernador, 1914

Editais municipais

«Francisco Ferrer Guardia» in site da Fundación Francisco Ferrer

Guardiã (<http://www.laic.org/cas/fg/index.htm>)

SÁNCHEZ, Enrique Martínez-Salanova, «Francisco Ferrer i Guardiã – Una

educación libré, solidária, que lucha contra la injusticia» In [http://www.](http://www.uhu.es/cine.educacion/figuraspedagogia/0_ferrerguardia.htm)

[uhu.es/cine.educacion/figuraspedagogia/0_ferrerguardia.htm](http://www.uhu.es/cine.educacion/figuraspedagogia/0_ferrerguardia.htm)

viagrou pela França e Bélgica, tendo neste último país criado a Liga Internacional para a Educação Racional da Infância (em 1908), estrutura a partir da qual lançou as revistas *A Escola Renovada* – publicada em Bruxelas e Amsterdão – e *Escola Laica*, em Roma. Francisco Ferrer publicou ainda *L'espagnol pratique* (1895), *Enseigné par la methode Ferrer* (1895), *Los pecados capitales* (1900), *Cuento ateo* (1900), *Ferrer y la Huelga General* (1909) e, póstumamente *A Escola Moderna* (1910), *Póstuma explicación* (1910) e *Alcance de la enseñanza racionalista* (1910).

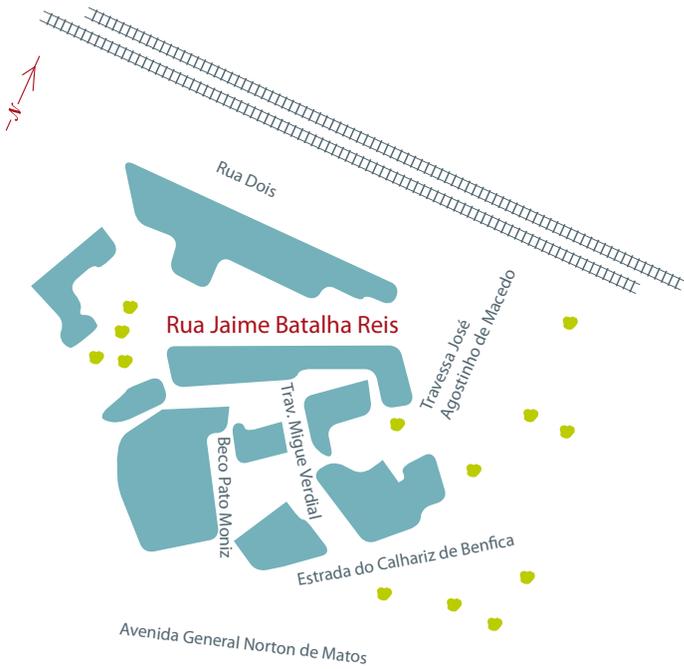
Em 1909 visitou Lisboa mas foi prontamente conduzido pela polícia ao governo civil para ser reconduzido para Espanha, onde foi preso a 1 de Setembro de 1909 e julgado em conselho de guerra que determinou a sua execução, aos 50 anos de idade, embora tenham depois nascido mais Escolas Modernas fora das fronteiras espanholas, em Nova Iorque, Canadá, Cuba, Brasil, Argentina, França e Inglaterra.

1 As suas últimas palavras foram “Hijos mios apuntad bien! No teneis culpa. Soy inocente. Viva la Escuela Moderna!”

2 Seguem-se aqui as datas indicadas no portal da Fundação Francisco Ferrer.

3 No nº 70 da “calle de Bailén”, em Barcelona e graças à herança recebida da sua antiga aluna parisiense Ernestine Meunier.

4 Francisco Ferrer viveu com Teresa Sanmartí, Léopoldine Bonnard e Soledad Villafranca, tendo tido 3 filhas – Trinidad, Paz e Sol – e um filho (Riego).



Rua Jaime Batalha Reis

Jaime Batalha Reis nasceu em Lisboa, a 24 de Dezembro de 1847, no seio de uma família burguesa lisboeta. Era filho de António Nunes dos Reis, abastado proprietário de Turcifal – Torres Vedras, onde era conhecido como produtor de vinho, e de Maria Romana Bataglia, de origem italiana. Frequentou o colégio Alemão Roeder, em regime de internato, prosseguiu os estudos no Instituto Geral de Agricultura, onde se formou em Agronomia e Engenharia Florestal. Foi considerado um aluno brilhante, obtendo diversos prémios. Especializou-se no estudo da moléstia da vinha – filoxera. Os seus professores Ferreira Lapa¹ e Andrade Corvo² anteviam-lhe um futuro promissor. Em 1867 conheceu Celeste Cinatti, com quem viria a casar a 5 de Setembro de 1871, casamento do qual nasceriam cinco filhos. Ainda estudante, conheceu Eça de Queiroz³, Antero de Quental⁴ e outros elementos da Geração de 70. Possuidor de uma capacidade artística e literária invulgar, conseguiu integrar-se e conquistar o meio literário da época. A sua casa tornou-se num local de tertúlia literária e política, «Cenáculo», nome pelo qual viria a ser conhecida a sua residência. Por ali passaram Manuel de Arraiga⁵, Teófilo Braga⁶, Guerra Junqueiro⁷, Ramalho Ortigão⁸, entre outros.

Mais tarde, em 1871, veio a participar nas Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, cujas palestras viriam a ser proibidas por portaria assinada pelo presidente do conselho de ministros. No campo profissional, os conhecimentos adquiridos na área vitivinícola, permitiram-lhe uma ascensão rápida neste meio, foi nomeado em 1872 chefe do Serviço Agrícola do Instituto Geral de Agricultura. Nesse mesmo ano enveredou pela carreira docente, como professor substituto

de Andrade Corvo⁹ na cadeira de Botânica, Economia Rural e Florestal. Regeu a cadeira de Microscopia e Nosologia Vegetal, atingindo posteriormente o cargo de professor catedrático. Em 1876, ocupou o lugar de comissário para a Exposição Universal de Filadélfia, com a incumbência de estudar o combate à filoxera, a cultura do algodão e a da cana-de-açúcar. Em Julho de 1883, após diversas tentativas, consegue entrar na carreira diplomática. É nomeado cônsul em Inglaterra, onde se destacou na defesa dos interesses nacionais em África. A defesa dos assuntos africanos valera-lhe um lugar de perito na Conferência Anti-esclavagista que se realizou em Berlim. Fixou a sua residência na cidade inglesa de Newcastle, local de onde partiu para diversas missões diplomáticas pela Europa e onde viu nascer mais quatro filhos e aonde veio a falecer em 1900 a sua mulher.

Bibliografia

AAVV, in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Vol. IV, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1945.
ICS – Análise Social, Vol. XLII (1.º), 2007 (n.º 182), pp. 277-280
<http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa/1286-jaime-batalha-reis.html>
[http://www.infopedia.pt/\\$jaime-batalha-reis](http://www.infopedia.pt/$jaime-batalha-reis)

Regressou a Portugal após a implementação da Republica, sendo convidado por Bernardino Machado¹⁰ para participar numa remodelação Ministerial. Deslocou-se à Rússia, como representante nacional nas comemorações do tricentenário da dinastia Romanov, na última recepção da Imperatriz Alexandra. Envolvido, por esta razão, nos acontecimentos que antecederam a Revolução de Outubro de 1917, regressou a Portugal apenas em 1918, tendo sido um espectador privilegiado dos últimos tempos do Império Russo e dos acontecimentos da Revolução Russa. Jaime Batalha Reis foi ainda nomeado delegado plenipotenciário à Conferencia de Paz em Paris de 1919 em representação de Portugal. Em 1921 pede a reforma, refugiou-se na Quinta da Viscondessa em Torres Vedras, onde veio a falecer a 24 de Janeiro de 1935, com 88 anos de idade. Deixou escritas diversas obras e trabalhos, onde se destacam, os geográficos, os históricos, os poéticos e os jornalísticos. A Câmara Municipal de Lisboa presta homenagem, a este escritor e jornalista, ao atribuir o seu nome a uma rua na Freguesia de Benfica.

1 Ferreira Lapa, foi consagrado na toponímia de Lisboa, através de edital de 08/06/1903.

2 Andrade Corvo, foi consagrado na toponímia de Lisboa, através de edital de 29/11/1902.

3 Eça de Queiroz, foi consagrado na toponímia de Lisboa, através de edital de 16/05/1913.

4 Antero de Quental, foi consagrado na toponímia de Lisboa, através de edital de 08/06/1900.

5 Manuel de Arriaga, foi consagrado na toponímia de Lisboa, através de edital de 18/05/1920.

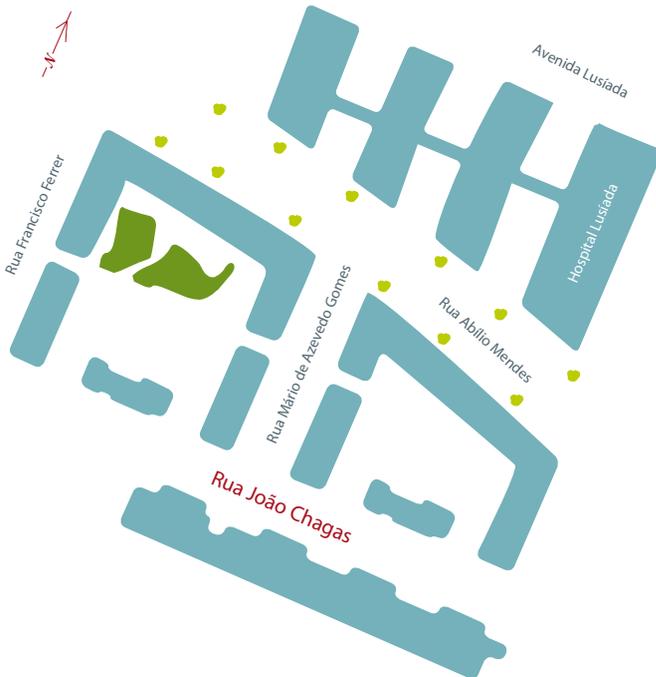
6 Teófilo Braga, foi consagrado na toponímia de Lisboa, através de edital de 25/02/1926.

7 Guerra Junqueiro, foi consagrado na toponímia de Lisboa, através de edital de 18/07/1933.

8 Ramalho Ortigão, foi consagrado na toponímia de Lisboa, através de edital de 12/03/1932.

9 Andrade Corvo, foi consagrado na toponímia de Lisboa, através de edital de 29/11/1902.

10 Bernardino Machado, foi consagrado na toponímia de Lisboa, através de edital de 28/10/1985.



Rua João Chagas

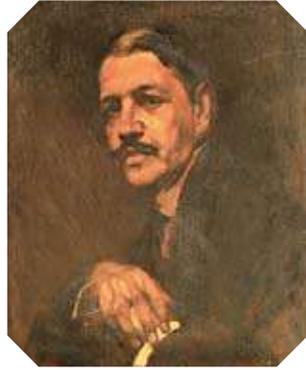
João Pinheiro Chagas nasceu no Rio de Janeiro no dia 1 de Setembro de 1863, no seio de uma família de portugueses emigrados para o Brasil no período das lutas civis.

Fez os seus estudos em Lisboa, mas foi no Porto, em 1883, que iniciou a sua carreira profissional no jornalismo, no jornal *Primeiro de Janeiro*, onde inovou no noticiário e na reportagem, que logo lhe reconheceu brilhantes qualidades literárias e no qual colaborou ao longo dos anos. Depois, em Lisboa, trabalhou no *Tempo* e ainda nos periódicos *Correio da Noite* e *O Dia*.

Decepcionado com a questão do Ultimato inglês (11/01/1890), aderiu ao Partido Republicano Português e de regresso ao Porto, fundou *A República Portuguesa*, periódico pelo qual também passou Sampaio Bruno¹, e a partir de então tornou-se grande opositor das instituições monárquicas, lançando ferozes críticas à monarquia, na sequência das quais lhe moveram vários processos. Em 26 de Janeiro de 1891, a publicação do artigo intitulado “*Basta*” valeu-lhe uma condenação de 10 dias de prisão na Cadeia e Tribunal da Relação do Porto e, três dias depois, viu a sua pena agravada ao publicar um texto que “pronunciava” a revolta republicana de 31 de Janeiro. Acusado de cumplicidade, foi condenado ao degredo e deportado para Angola a bordo do vapor *Moçambique*, juntamente com figuras daquele movimento revolucionário, como o actor Miguel Verdial², Dionísio Ferreira dos Santos Silva, Felizardo de Lima, entre outros. Dois anos depois, beneficiando de uma amnistia concedida aos presos políticos, continuou a sua luta como jornalista político e participou em todas as tentativas para abolir a monarquia. Conspirou na revolta de 28 de Janeiro de 1908, regressou à prisão e só foi libertado após o regicídio.



João Chagas e José Relvas



João Chagas pintado por Columbano

Com o triunfo da República em 1910, João Chagas, um dos elementos activos na preparação do 5 de Outubro, chefiou o I Governo Constitucional (3 de Setembro a 12 de Novembro de 1911) e foi representante diplomático português em Paris, cargo do qual renunciou por discordar das políticas seguidas pelos governantes. Em 1915, quando se preparava para chefiar outro governo, foi alvo de um atentado a tiro que o feriu gravemente. Após o seu restabelecimento, representou o nosso País na Conferência de Paz e na Assembleia da Sociedade das Nações.

Abandonou as funções de embaixador e regressou a Portugal no final de 1924 e faleceu meses depois, em 28 de Maio de 1925, no Estoril, deixando para a posteridade numerosas peças jornalísticas e uma vasta obra literária composta por títulos como *Diário de um condenado político*, *Trabalhos Forçados*, *As minhas razões* ou *Cartas Políticas*, alguns dos quais editados e reeditados postumamente.

Sobre tão grande perda, realizou-se no dia 29 de Maio de 1925, nos Paços do Concelho, uma Sessão Extraordinária da Vereação da Câmara Municipal de Lisboa sob a Presidência do Dr. Sebastião da Costa Santos, onde este realçou *o talento de múltiplas facetas, a inteligência de várias modalidades, o carácter de uma só forma, características principais desse grande vulto da república, desse grande patriota que tudo merece da pátria reconhecida.*

Nas suas palavras, *“cumpria-lhe o ingrato e doloroso dever de comunicar à Câmara o falecimento de João Chagas”* e acrescentou: *“Como seu fiel amigo e fervoroso admirador não sabia e não podia fazer o seu elogio nem seria ocasião azada para isso. Nunca como agora, lamentava tanto não possuir eloquência tribunícia dum Castelar ou a oratória dum Demóstenes, pois só com esse*

verbo potente se poderia traçar o perfil de bronze adequado à grande personalidade de João Chagas. Como jornalista, era João Chagas dos primeiros, senão o primeiro, mas o jornalista nunca eclipsou o homem de letras. A prosa que saía da sua pena era além de vernácula, leve e cintilante como as corolas das mais belas flores. Como polemista foi um panfletário como havia poucos no mundo, portanto no país era o único a quem tal qualificativo cabia. As suas Cartas Políticas eram verdadeiramente modelares. Enfim como jornalista, João Chagas deixava um lugar vago que não era possível preencher. Escrevera catilinária com punhos de renda. Era um artista e um mestre. Pretendera-se dividir a humanidade em homens de acção e idealistas, mas a breve trecho se verificara que esta separação era fantasiosa. Pois em João Chagas, o idealista, o romântico escondia um verdadeiro homem de acção. Por natureza e educação e por deleite do seu espírito cintilante, era aristocrata inteligente e isto não estava em desacordo com as suas ideias e os seus princípios republicanos. Pois o que era a Democracia, senão uma aristocracia de talento e do carácter? Fora sempre o verdadeiro cavaleiro andante da República. Por ela sofrera, moral e materialmente, as maiores inclemências. Muitos dos seus gestos, exactamente

Bibliografia

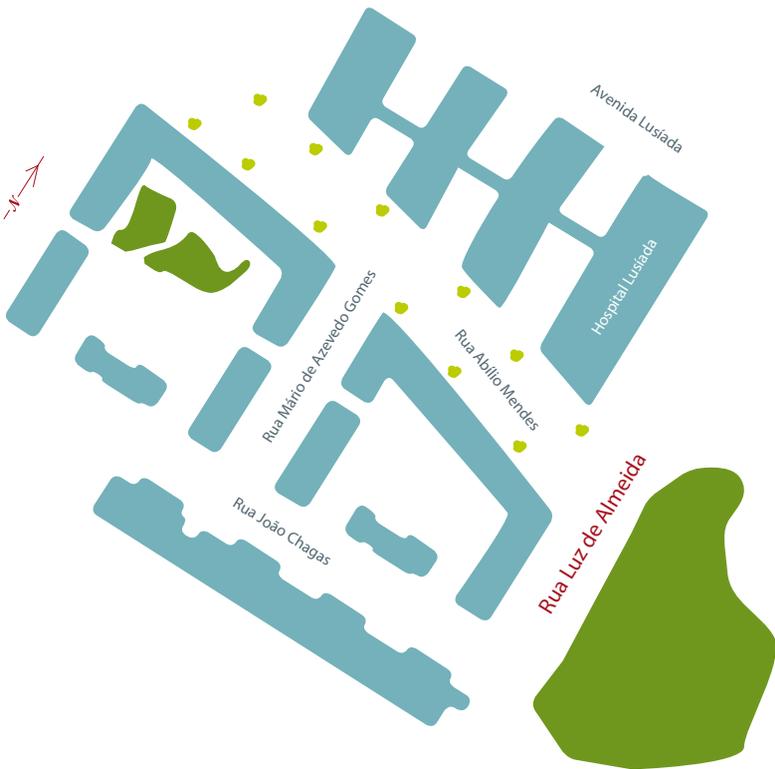
Actas das Sessões da CML, 1925 – 26ª Sessão Extraordinária de 29 de Maio de 1925
Acta nº 5/2010 da CMT e Edital nº 47/2011
Dicionário Cronológico de Autores Portugueses, Vol. II, Lisboa, 1990
<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt>
<http://www.arqnet.pt/dicionário/pchagasjoao.html>

por serem comandados por um fino espírito e uma exagerada sensibilidade não tinham sido muitas vezes bem compreendidos e bem interpretados, mas nem por isso ele arrepiara caminho. Fora daqueles democratas que entendiam que o verdadeiro nivelamento se devia fazer por cima e não por baixo, como tantos queriam e desejavam. O nome de João Chagas fora conhecido de norte a sul do país e transbordara para o estrangeiro, onde homens da sua têmpera e do seu estofo intelectual foram por vezes mais apreciados que na nossa terra (...)" e propôs que a sessão fosse encerrada em sinal de sentimento pela perda de tão ilustre cidadão.

No âmbito do Centenário da Republica, a Câmara Municipal de Lisboa não pode esquecer o nome de tão grande vulto republicano, ideal que abraçou até à morte, que deixou uma das obras mais importantes do jornalismo político e crítica literária, um dos fundadores da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, diplomata e chefe do I Governo Constitucional, pelo que presta mais uma merecida homenagem a João Pinheiro Chagas, atribuindo o seu nome a um arruamento na freguesia de São Domingos de Benfica.

1 Homenageado na toponímia de Lisboa através de Edital de 12/03/1932

2 *idem* Edital de 18/06/1926



Rua Luz de Almeida

Luz de Almeida, de seu nome completo, Artur Augusto Duarte Luz de Almeida nasceu no dia 25 de Março de 1867, em Alenquer.

Frequentou o antigo Curso Superior de Letras – que antecedeu a Faculdade de Letras de Lisboa –, licenciou-se em História e Filosofia e, enquanto estudante, tornou-se membro e presidente da Junta Revolucionária Académica, ramificação da Maçonaria na Universidade.

Luz de Almeida teve como mestres Teófilo Braga¹, Consiglieri Pedroso², Adolfo Coelho³, intelectuais de grande prestígio, que desempenharam participação activa, em 1871, nas Conferências do Casino; no Centenário de Camões, em 1880; no Centenário de Pombal em 1882, entre outras realizações decisivas para o estabelecimento do ideário republicano e da formação do primeiro Partido Republicano, em Portugal.

Juntamente com António Maria da Silva e Machado Santos, Luz de Almeida fundou o Conselho Florestal da Carbonária, da qual foi Grão-mestre, desenvolvendo um papel fundamental para o advento da República, conforme refere Joel Serrão, no Dicionário de História de Portugal⁴: “A indignação nacional suscitada pelo afrontoso ultimato da Inglaterra (1890) e as desastrosas consequências da revolta de 31 de Janeiro de 1891, com o seu cortejo de prisões, deportações e perseguições de toda a espécie, arrastaram a mocidade académica para as sociedades secretas. Mas foi em 1896 que surgiu a última Carbonária portuguesa, sendo completamente diferente das anteriores: diferente organização, ritual e até processos de combater. Foi seu fundador o grão-mestre Artur Duarte Luz de Almeida. A sua



Alta-Venda Carbonária com
Antônio Maria da Silva,
Luz de Almeida (ao centro) e
Machado Santos em 1911



influência exerceu-se de maneira intensiva em quase todos os acontecimentos de carácter político e social ocorridos no País, nomeadamente naqueles que tinham em vista defender as liberdades públicas ameaçadas e combater o congreganismo e os abusos do clero (...)."

Entre 1908 e 1909, a Carbonária Portuguesa quase dobrou o número dos seus efectivos, contando já com o contributo de Machado Santos⁵, António Maria da Silva, Cândido dos Reis⁶, António Granjo⁷ entre tantos outros, que entraram nas fileiras dispostos a não dar tréguas à monarquia.

Em 1909, descobertas as suas actividades clandestinas e depois de o implicarem num homicídio que ficou conhecido como o "*crime de Cascais*", foi obrigado a partir para o exílio em França, de onde só regressou após Proclamação da República Portuguesa em 5 de Outubro de 1910.

Luz de Almeida desempenhou funções como Inspector das Bibliotecas Populares na reorganização dos Serviços das Bibliotecas e Arquivos Nacionais, colaborando directamente com o seu director fundador, Feio Terenas⁸, jornalista e propagandista do ideal republicano, e publicou no âmbito desse trabalho, em 1918, *Bibliotecas Populares e Móveis em Portugal, Relatório*.

Foi eleito deputado às Constituintes de 1911 e depois eleito nas legislaturas seguintes. Autor de numerosos artigos doutrinários e de comentários de carácter político nas revistas e jornais da época, entre outros, publicou um capítulo na "*A obra revolucionária da propaganda: as sociedades secretas*", Luís de Montalvor (dir.), *História do Regime Republicano em Portugal*, Lisboa, 1932, vol. II, p. 202-256; *O sonho dum soldado*,



Luz Almeida em Vinhais

Bibliografia

Edital Municipal
Dicionário de História de Portugal, 4 volumes, SERRÃO, Joel (ed.lit.), 1ª edição,
Lisboa, Iniciativas Editoriais, Volume I, 1963 – 1971, pp.481-2
www.infopedia.pt/%C3%A7artur-augusto-duarte-da-luz-de-almeida

folheto, s.d., e *A Cartilha do Cidadão – Diálogo entre o Médico Militar Dr. Ribeiro e o João Magala*, 1909, que teve enorme sucesso entre os soldados, cabos e sargentos.

Luz de Almeida faleceu em Lisboa no dia 4 de Março de 1939.

No âmbito do Centenário da República, a Câmara Municipal de Lisboa não pode esquecer o nome de Luz de Almeida, uma das figuras que se evidenciou no plano ideológico e na acção organizativa do movimento revolucionário de 5 de Outubro de 1910, pelo que lhe presta homenagem ao atribuir o seu nome no arruamento situado na Rua “D” no Alto dos Moinhos, na freguesia de São Domingos de Benfica.

1 Homenageado na Toponímia de Lisboa através de Edital de 25/02/1926

2 Idem Edital de 13/07/1897

3 Idem Edital de 13/05/1949

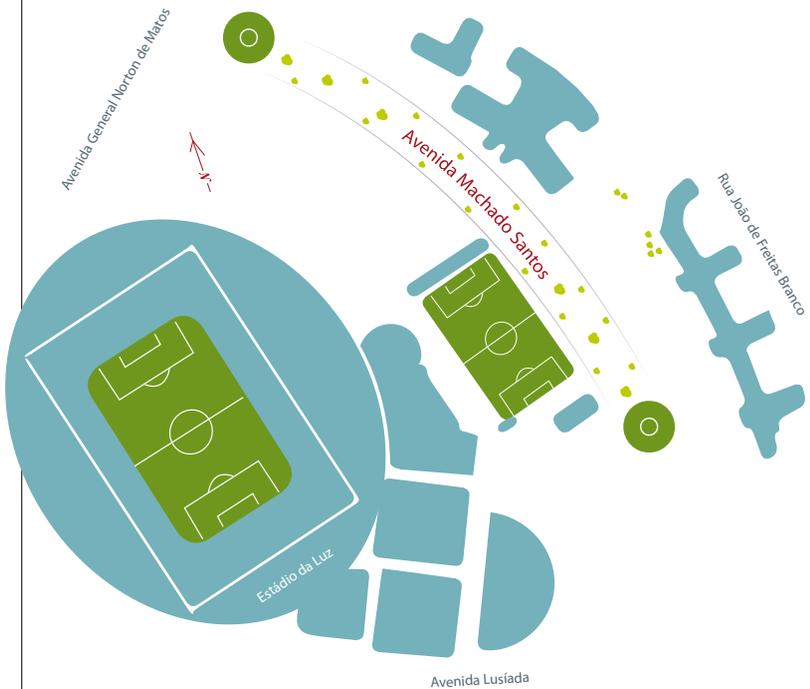
4 In Dicionário de História de Portugal, 4 volumes, Serrão, Joel (ed.lit.), 1ª edição, Lisboa, Iniciativas Editoriais, Vol. I, 1963-1971, pp.481-2

5 Homenageado na Toponímia de Lisboa através de Edital de 24/09/2009

6 Idem Edital de 05/11/1910

7 Idem Edital de 12/03/1932

8 Idem Edital de 15/05/1926



Avenida Machado Santos

António Maria de Azevedo Machado Santos (Lisboa/10.01.1875 – 19.10.1921/Lisboa) foi um dos heróis e mártires da I República que em 1910 se bateu por ela na Rotunda e em 19 de Outubro de 1921, foi assassinado na chamada Noite Sangrenta, tal como Carlos da Maia e António Granjo (o chefe do governo demissionário), o comandante Freitas da Silva (secretário do ministro da Marinha) e o coronel Botelho de Vasconcelos.

Machado Santos nasceu alfacinha na Rua da Inveja¹, filho de Maurício Paulo Vitória dos Santos e Maria da Assunção Azevedo Machado Santos e casou-se com Beatriz Estefânia de Oliveira.

Alistou-se na Armada em 1891 e em Junho de 1908 foi apadrinhado por Luz Almeida e iniciado na Carbonária, formando os dois com o Eng.º António Maria da Silva o órgão supremo desta organização, a Alta Venda. Também em 1908 publicou um artigo no jornal *O Radical* que lhe deu direito a julgamento em Conselho de Guerra e 6 meses em Angola e, porém, entre 1907 e 1910, este comissário da Marinha participou em todas as conspirações contra a Monarquia, ao mesmo tempo que defendia os ideais republicanos na imprensa e em folhetos de propaganda. De 3 para 4 de Outubro é ele quem vai ao quartel do Regimento de Infantaria 16 para sublevar as tropas e, após o suicídio de Cândido dos Reis, o militar republicano de mais alta patente, assume o comando das operações na Rotunda e consegue a derrota das forças monárquicas o que levou a imprensa da época a denominá-lo «herói da Rotunda» e «pai da República». Ainda em Julho do ano seguinte (1911) Machado Santos recebia manifestações de simpatia como notícia o jornal *O Século*: *“O povo revolucionário de Lisboa quis prestar ontem, publicamente, uma calorosa homenagem*



Machado Santos conversa com
Sidónio Pais na parada do Quartel de
Artilharia (Foto de Joshua Benoliel)

ao herói da República, ao bravo Machado Santos. E, realmente, a manifestação produzida em honra desse homem, que, com a sua assombrosa serenidade, ligada aos mais acentuados sentimentos patrióticos, conseguiu manter na Rotunda, firmes e unidos, algumas dezenas de revolucionários, militares e civis, foi revestida de uma imponência pouco vulgar. Milhares de pessoas – dizemo-lo sem escrúpulos exagerados – se juntaram ontem no começo da Avenida Almirante Reis, com o propósito de saudar jubilosamente Machado Santos. E todas elas cantando a Portuguesa, com o impressionante entusiasmo de verdadeiros patriotas, alegremente partiram, pouco depois das 9 horas e meia da noite, para junto da modesta casa onde vive o herói. (...)

Nas eleições para a Assembleia Constituinte, de 28 de Maio de 1911, Machado Santos foi eleito deputado assim como galardoado com o posto de capitão-de-mar-e-guerra e uma pensão vitalícia de 3 contos anuais, valor que era mínimo para a época. No entanto, através do jornal que funda em 12 de Novembro de 1910 – *O Intransigente*, “diário republicano radical”² – vai expressando cada vez mais o seu descontentamento pelo afastamento dos ideais de pureza republicana e aumentando as críticas a Afonso Costa. Machado Santos defendeu activamente um ideário republicano radical de 1911 a 1921, como dirigente político de um organismo partidário que assumiu sucessivamente os nomes de Aliança Nacional (de 15 de Maio de 1911 a 1913)³, Centro Reformista⁴ (1914-15) e Federação Nacional Republicana (1919 – 1921).

Também se envolveu na organização dos movimentos insurreccionais de Abril de 1913, na contramanifestação à manifestação de apoio a Afonso Costa de 26 de Janeiro de 1914, na manifestação em Belém para exigir ao Chefe



Machado Santos com alguns oficiais que o acompanharam no acampamento da Rotunda



A República chora a morte dos republicanos assassinados durante a Noite Sangrenta. Pintura da Casa Museu Leal da Câmara.

de Estado a demissão do governo em 4 de Fevereiro de 1914, bem como no Movimento das Espadas de Janeiro de 1915 que o fez ser preso e deportado para os Açores. Refira-se que foi determinante a participação de Machado Santos neste movimento em que vários oficiais militares descontentes tentaram simbolicamente entregar as suas espadas ao Presidente da República, Manuel de Arriaga, porque ao entregar a espada que usara nos combates da Rotunda no dia 5 de Outubro de 1910, deitava por terra a acusação de pró-monárquicos com que o Partido Democrático Republicano então no poder justificara a prisão dos oficiais amotinados. Machado Santos investiu ainda na falhada Revolta de Tomar de 13 de Dezembro de 1916 que o conduziu momentaneamente à prisão do Fontelo (Viseu) e, conspirou com Sidónio Pais para derrubar o governo, sendo membro da Junta Revolucionária que nasce da vitória alcançada de 5 a 9 de Dezembro de 1917, e depois senador e ministro do Interior⁵ no primeiro governo sidonista e das Subsistências e Transportes⁶ no segundo, embora acabe por entrar em ruptura com o Presidente-Rei da República Nova, nomeadamente ao apresentar em 9 de Dezembro de 1918 uma série de projectos de levantamento do estado de sítio, de abolição da censura, amnistia e estabelecimento das garantias constitucionais. O almirante Machado Santos segue então a contribuir para a derrota dos monárquicos na Serra de Monsanto, em 1919, e no ano seguinte, lança-se na reestruturação do seu partido, agora como Federação Nacional Republicana, ao qual se dedica até ser assassinado com um tiro de pistola na cabeça na Noite Sangrenta de 1921.

Na maioria, as vítimas coincidiam no sidonismo: Carlos da Maia e Machado Santos foram ministros de Sidónio e Botelho de Vasconcelos era um coronel sidonista, a



Funeral do almirante Machado Santos

Bibliografia

Actas das reuniões de Câmara

«António Maria Machado Santos por alguns contemporâneos» in *Almanaque Republicano*, 11 de Janeiro de 2007 (<http://arepublicano.blogspot.com/2007/01/antnio-maria-machado-santos-por-alguns.html>)

Editais municipais

FERRÃO, Carlos, *História da 1ª República*, Lisboa: Terra Livre, 1976

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa - Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia

LEAL, Ernesto Castro, «O Campo Político dos Partidos Republicanos Portugueses

(1910-1926)» In *Lagos da República* (<http://lagosdarepublica.wikidot.com/o-campo-politico-dos-partidos-republicanos-portugueses-1910>)

Portugal Contemporâneo, dir. António Reis, Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 1990, vol. 2

«Santos, António Maria de Azevedo Machado (1875 – 1921) in Portal *Primeira República* (http://www.primeirarepublica.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=212:santos-antonio-maria-de-azevedo-machado-1875-1921&Itemid=14)

que acresce o gesto significativo dos promotores desta revolta terem libertado o assassino do Presidente-Rei.

Machado Santos produziu ainda a sua história da República através das obras *A revolução portuguesa, 1907-1910: relatório de Machado Santos* (1911) e *A ordem pública e o 14 de Maio* (1916).

Recorde-se que pelo Edital municipal de 12 de Março de 1932 foram várias as figuras republicanas que a edilidade quis homenagear na memória de Lisboa: Abel Botelho, António Granjo, Basílio Teles, Carlos da Maia, Jacinto Nunes, Lopes de Mendonça, Magalhães Lima, Sampaio Bruno e Machado Santos, cabendo a este último a Avenida projectada entre a também projectada Avenida Dr. Jacinto Nunes e a Avenida General Roçadas, através da Quinta dos Peixes, mas o facto é que estas duas avenidas projectadas nunca passaram dessa fase pelo que na passagem do centenário da República vai agora ser repostado o nome de Machado Santos numa Avenida de São Domingos de Benfica.

1 Por Edital de 26/03/1897 passou a denominar-se Rua Conselheiro Arantes Pedroso.

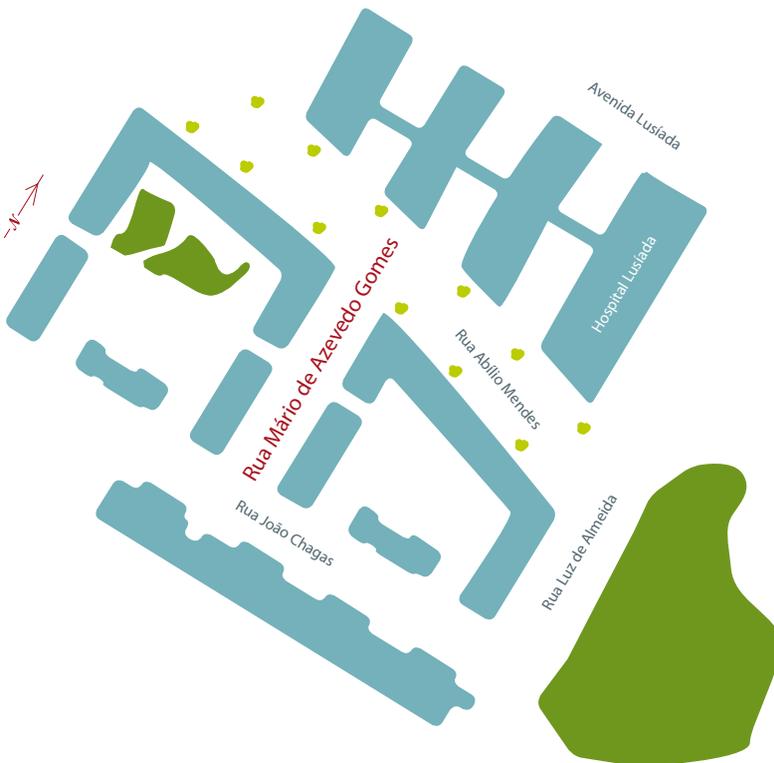
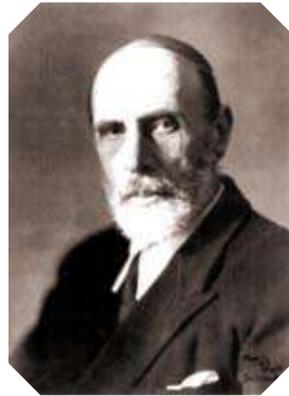
2 O jornal foi proibido em 13 de Maio de 1915.

3 O Comité no Norte/Porto era presidido por Sampaio Bruno e o do Sul/Lisboa por Machado Santos).

4 Conhecido vulgarmente como Partido Reformista.

5 No governo de Sidónio Pais, a partir de 15 de Maio de 1918, os ministros passaram a designar-se por Secretários de Estado.

6 Um novo ministério criado por Sidónio Pais em 9 de Março de 1918.



Rua Mário de Azevedo Gomes

Mário de Azevedo Gomes, mestre de ciência florestal, destacado político na oposição democrática ao Estado Novo, cidadão exemplar e grande amigo de Sintra, nasceu na Ilha Terceira, Açores, no dia 22 de Dezembro de 1885.

No ano de 1907, concluiu o curso de Agronomia, no Instituto de Agronomia e Veterinária e iniciou pouco depois a sua longa colaboração no ensino agronómico como preparador do Laboratório de Nosologia Vegetal, transitando para a Escola Nacional de Coimbra. Em 1914/15, ingressou como professor de Biologia Geral no Instituto Superior de Agronomia, onde foi titular da cadeira de Silvicultura, durante quase quatro décadas.

Além da docência, desempenhou cargos públicos de grande relevo dos quais Chefe de Repartição e Director Geral do Ensino Agrícola, Director Geral do Ensino e Fomento no Ministério da Agricultura e foi ainda, por curto período, Ministro da Agricultura (Dez.1923 - Fev.1924), integrando o executivo presidido por Álvaro Xavier de Castro¹.

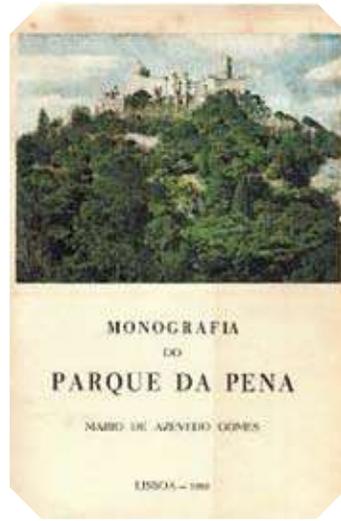
A Azevedo Gomes deve-se a criação da Estação Nacional Agrícola – depois chamada Estação Agrária Central –, a qual dirigiu entre 1919 e 1925.

Fez parte do grupo da Seara Nova, com Raul Proença², António Sérgio³, Aquilino Ribeiro⁴, Câmara Reis⁵, João Sarmento Pimentel, entre outros e, foi membro da Comissão Central do Movimento de Unidade Democrática (MUD), à qual presidiu, juntamente com importantes figuras do mundo académico português, como Bento de Jesus Caraça⁶ e Alves Redol⁷.

Em 1948, foi Presidente da Comissão Central da Candidatura do General Norton de Matos⁸, quando



Mário de Azevedo Gomes junto do eucalipto *Obliqua*, no Parque da Pena, Sintra



Azevedo Gomes na Serra de Sintra com os alunos do Curso de Silvicultura

da sua candidatura à Presidência da República, e, em 1961, sob a sua orientação e participação intensa foi elaborado o *Programa de Democratização da República*, do qual foi o primeiro subscritor entre outras figuras de grande prestígio como Jaime Cortesão.

Na década de 50 e início dos anos 60, orientou e elaborou vários estudos dedicados ao Parque da Pena, aos solos, clima e aspectos dendrológicos-florestal e publicou a obra *Monografia do Parque da Pena* (1960) que eterniza a sua paixão por este local e que ainda hoje é a principal fonte de informação sobre este Parque.

Publicou cerca de 40 livros, metade dos quais relativos à silvicultura e numerosos artigos em jornais e revistas da especialidade e na imprensa diária.

Mário de Azevedo Gomes faleceu a 12 de Dezembro de 1965, em São Sebastião da Pedreira (Lisboa).

Na Assembleia Constituinte, por ocasião do 10º aniversário da sua morte, o então deputado Raul Rego (1913-2002) e o Presidente da Assembleia da República Vasco da Gama Fernandes (1908 -1991) enaltecera a figura do Professor Mário de Azevedo Gomes. Nas palavras de Raul Rego: *“Completam-se hoje dez anos sobre a morte de um dos mais estrénuos lutadores antifascistas portugueses. Democrata e combatente da democracia, o aniversário da morte do Prof. Mário de Azevedo Gomes deve ser lembrado por esta Assembleia Constituinte. Se estamos aqui reunidos a elaborar a lei fundamental do País, garantia das liberdades dos cidadãos, é graças ao esforço generoso de quantos como Azevedo Gomes se recusaram sempre a pactuar com o totalitarismo. Técnico eminente,*

professor respeitado, Mário de Azevedo Gomes pode ser apresentado como modelo de cidadão, autêntico varão de Plutarco, impondo-se a amigos e adversários pela sua altura moral, pela inteligência e concorde sempre consigo mesmo. Fez parte do grupo da Seara Nova (...) Mário de Azevedo Gomes continuou também a trabalhar na Universidade e na revista, o homem vertical de sempre. Na campanha do MUD, primeira grande prova democrática depois do 28 de Maio, alinhou com os seus companheiros de sempre. Foi das figuras de proa dos homens que tinham um passado e enquadravam toda a ânsia das novas gerações que, como eles, queriam ser livres. (...) Chefe dos serviços da candidatura à Presidência da República do general Norton de Matos, Mário de Azevedo Gomes acompanhou e activamente interveio em todas as campanhas cívicas, fossem em eleições fosse em comemorações de qualquer espécie, desde que pudessem contribuir para não esmorecer a luta pelas liberdades fundamentais (...)."

Vasco da Gama Fernandes¹⁰ proferiu *"Como alguns dos Srs. Deputados porventura saberão, eu fui um dos próximos colaboradores de Mário de Azevedo Gomes, de quem fui discípulo no Instituto Superior de Agronomia e mais tarde, durante longos anos, colega. Considero que, depois de meu pai, foi o homem que mais me influenciou na minha conduta*

Bibliografia

Edital Municipal
http://mwmservices.net/adps/ADPS_5a29JUNHO2008_ExposicaoHomenagemProfMarioAzevedoGomes.html
<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dac>
Enciclopédia Verbo – Luso Brasileira da Cultura, Edição Séc. XXI, Editorial Verbo, Lisboa/ São Paulo, Vol. 13, pp.862

cívica e moral. Por esse motivo me associo com muita emoção às palavras de Raul Rêgo, que, aliás, conheceu também muito bem Mário de Azevedo Gomes e sabia de quem estava a falar”.

Em 1980, foi-lhe atribuída, a título póstumo, a Ordem da Liberdade, pelo então Presidente da República, Ramalho Eanes.

No âmbito do Centenário da República, a Câmara Municipal de Lisboa não pode esquecer o nome de Mário de Azevedo Gomes, professor catedrático de Agronomia, investigador e militante da oposição democrática, pelo que lhe presta homenagem ao atribuir o seu nome no arruamento situado na Rua “C” no Alto dos Moinhos, na freguesia de São Domingos de Benfica.

1 Homenageado na Toponímia de Lisboa através de Edital de 12/03/1932

2 *Idem* Edital de 31/08/1993

3 *Idem* Edital de 23/04/1980

4 *Idem* Edital de 04/11/1970

5 *Idem* Edital de 27/02/1978

6 *Idem* Edital de 27/02/1978

7 *Idem* Edital de 30/12/1974

8 *Idem* Edital de 30/12/1974

9 *Idem* Edital de 15/12/2003

10 *Idem* Edital de 07/05/2001

Edição

Câmara Municipal de Lisboa
Comissão Municipal de Toponímia

Título

Jardim Augusto Monjardino
Rua Francisco Ferrer
Rua Jaime Batalha Reis
Rua João Chagas
Rua Luz de Almeida
Avenida Machado Santos
Rua Mário de Azevedo Gomes

Textos

Isménia Neves
Paula Machado
Rui Mendes

Coordenação

Jorge Carvalho
António Adriano

Colaboração

Elisabete Gama (DPC/GEO)

Grafismo

João Rodrigues (DPC/GEO)

Tiragem
500 ex.
Ano
2011
Depósito Legal

Execução Gráfica
Imprensa Municipal de Lisboa



